

PLANO BÁSICO AMBIENTAL DO AHE CACHOEIRA CALDEIRÃO

PROGRAMA DE MEMÓRIA HISTÓRICA, SOCIOCULTURAL E PAISAGÍSTICA DO RIO ARAGUARI

<p>Licença Prévia 0112/2012 Condicionante Específica Nº 2.2</p>	<p>Detalhar todos os programas de prevenção, controle e monitoramento consignados no Estudo de Impacto Ambiental e demais documentos, no Plano Básico Ambiental-PBA, que, necessariamente incluirá: metodologia, cronograma físico de execução e responsável técnico, devendo ser apresentado em versões impressa e digital.</p>
<p>P12 EIA</p>	<p>Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural</p>

1. INTRODUÇÃO

O Programa Memória Histórica, Sociocultural e Paisagística do Rio Araguari, do Projeto Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Cachoeira Caldeirão visa atender à condicionante 2.2 da Licença Prévia 0112/2012 IMAP/SEMA e corresponde ao detalhamento do Programa 12 do Estudo de Impacto Ambiental, Subprograma Documentação e Memória.

2. JUSTIFICATIVA

O Programa foi elaborado com base nos estudos desenvolvidos na fase preliminar de implantação do AHE Cachoeira Caldeirão, especificamente o Volume IV – *Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico* e Volume V – *Análise Socioambiental, Impactos e Medidas, Prognósticos e Programas* que compõem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), documento que sistematiza um conjunto de informações sobre a realidade

socioeconômica e as características socioculturais das comunidades que integram a AID e a ADA.

Sua formulação obedece, ainda, ao marco jurídico que disciplina as ações relativas ao salvamento e ao regaste do patrimônio histórico-cultural no Brasil, destacadamente as normatizações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Lei Federal n.º 3924/61 e a Portaria do IPHAN 230/2002.

Cultura é um conceito polissêmico ao qual foram dados diferentes definições no âmbito das abordagens teóricas no campo das ciências humanas. O primeiro conceito difundido nas Ciências Sociais foi elaborado pelo antropólogo E. B. Tylor que define cultura como sendo “o todo mais complexo que inclui conhecimentos, modos de vida, costumes, moral, leis e outros adquiridos e compartilhados pelo homem como membro da sociedade ao longo da história”. Essa definição, embora muito difundida, é considerada demasiadamente ampla, imprecisa e generalista.

Refletido sobre o conceito de cultura na perspectiva de melhor delimitá-lo, Geertz (1989, p. 04), afirma “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu; assumo a cultura como sendo essa teia e sua análise”. Para o autor, a esfera da cultura é o campo dos significados e o trabalho da etnografia é produzir uma descrição densa apresentando, analisando e interpretando essa teia de significados.

As ações do Programa se relacionam com o universo das práticas tradicionais e da cultura popular, esferas muitas vezes entendidas como estáticas e impermeáveis às transformações da vida social. Essa é uma visão equivocada e, até certo ponto preconceituosa, porque as considera confinadas ao passado imemorial. Ao contrário, o Programa parte da compreensão da dinâmica contraditória entre permanências e mudanças na esfera das culturas populares e práticas tradicionais (CANCLINE, 1982)¹.

¹ Tomo emprestado de Nestor Canclini, a ideia de *culturas populares* utilizado para fugir das conceituações que reduzem a cultura a um traço essencial. Para o autor, *as culturas populares se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais* (1982:42).

As formas simbólicas inerentes às práticas populares e às culturas tradicionais, (THOMPSON, 1995,193)² estão inseridas em contextos sócio-históricos específicos onde são produzidas, transmitidas e recebidas. Uma vez inseridas na dinâmica sócio-histórica, as construções culturais tornam-se objetos de complexos processos de valorização, avaliação e conflito. [...].

Considerando a complexidade do conceito de cultura assumido como referência, o desafio posto ao Programa consiste em organizar instrumentos que permitam desvelar a trama de significados que organiza as práticas culturais das comunidades localizadas na AID do AHE Cachoeira Caldeirão, posto que este empreendimento irá produzir uma intervenção de significativo impacto na região. Tal intervenção irá incidir de forma determinante na paisagem natural e na reorganização *dos territórios da cultura*. Daí a necessidade de adequação da implantação do empreendimento a parâmetros legais e técnicos para mitigar impactos e garantir que o patrimônio cultural e natural seja documentado e preservado, assegurando o seu acesso às gerações futuras.

Dentre os desafios postos tem destaque a definição das estratégias de conservação do patrimônio cultural e natural pela Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, de 1972, nos seguintes termos:

O patrimônio cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada país, mas de toda a humanidade. A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses bens eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo. Pode-se reconhecer, com base nas respectivas qualidades notáveis, «um valor universal excepcional» a certos elementos do referido patrimônio que, por essa razão, merecem ser muito especialmente protegidos contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam.

A definição da UNESCO refere-se a bens inestimáveis e insubstituíveis de valor excepcional, já a formulação de Françoise Choay [2001, p.11] afirma que o termo "patrimônio", pode ser utilizado também para designar:

² O autor utiliza a expressão *formas simbólicas*, para se referir a uma variedade de fenômenos *ações, gestos, rituais, manifestações verbais, textos, programas de tv e obras de arte* considerados significativos. (THOMPSON, 1995:183).

estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, hoje requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, entre outros) que fazem dele um conceito "nômade", sendo com frequência empregado cotidianamente para designar um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações [...].

As concepções apresentadas têm em comum a ruptura com a dicotomia entre cultura e natureza tão fortemente difundida nos circuitos científicos e acadêmicos ao longo do século XX. Corroborando com essa mesma perspectiva, as concepções formuladas por Milton Santos (1997, p. 25), que aproximam as noções de natureza, espaço e cultura. O autor afirma que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

No âmbito deste Programa *natureza e cultura* são pensadas não como dimensões antagônicas, onde uma se faz em detrimento da outra, mas como múltiplas esferas da existência coletiva que se encontram em interação dialética, dinâmica e permanente. Sendo assim, o Programa foi pautado no entendimento que o homem produz e (re)produz permanentemente o espaço, a natureza e a história e que se afasta da ideia de uma natureza intocada; contudo, cumpre a responsabilidade de contribuir com a reflexão crítica, no interior da comunidade, acerca da adoção de práticas de uso racional e equilibrada dos recursos disponíveis. Vale lembrar que muitas dessas práticas de uso racional fazem parte do repertório de saberes-fazer e atividades de manejo já utilizados pelas populações tradicionais da região que precisam ser catalogadas, visibilizadas e difundidas.

No âmbito do chamado patrimônio natural constitui preocupação privilegiada do Programa os bens paisagísticos que são os elementos da paisagem de importância natural e cultural e que refletem a percepção da comunidade em relação à região onde vive. Assim sendo, locais tradicionais de congregação comunitária, tais como cachoeiras, lagos e árvores antigas deverão ser identificados, catalogados, registrados e preservados.

Ampliando a noção de patrimônio para além da dimensão material, a professora Cecília Rodrigues dos Santos, ancorando-se nas formulações de Babelon e Chastel (1994), afirma que a “palavra patrimônio está historicamente associada ou à noção do sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família” (2001, p. 01) (grifos nossos). Nesse sentido, podemos conceber patrimônio cultural como algo vivo

que se (re) produz no interior da dinâmica societária, fazendo emergir os fazeres-saberes, isto é, as cosmovisões dos diferentes atores sociais em contexto espaço-tempo determinado.

Sobre o conceito de memória é pertinente lembrar que não se limita a uma dimensão individual, à capacidade de trazer a tona lembranças de vivências pessoais. Para além dessa dimensão, a concepção de memória evoca, segundo Halbwach (1990, p. 60), as experiências vivenciadas coletivamente; o autor diz que “não é na história aprendida, é na história vivida se apoia nossa memória”.

Sendo assim, é fundamental pensar esse Programa centrado no enfoque da educação patrimonial como dimensão constitutiva dos direitos humanos posto que se insere no campo dos direitos culturais aqui entendidos como o campo dos direitos dirigidos ao “reconhecimento e legitimação de identidades e culturas coletivas, o que gera uma reconceitualização dos direitos humanos enquanto direitos à identidade cultural” (ANDRADE, 2008, p.09).

A relevância dos direitos culturais para a vida social lhe garantiu um artigo (art. 27) na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, em 1966, culminou com a promulgação, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) da Declaração Universal sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que só entraria em vigor dez anos depois, em 1976. A referida declaração “estabelece que todos têm o direito de participar da vida cultural, de sua própria vida cultural e da vida cultural de todos” (COELHO, 2011, p. 06)

Não obstante as conquistas obtidas no plano jurídico, a temática só ganhou maior visibilidade a partir de 1988 com o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecido como Protocolo de São Salvador; com a adoção pela UNESCO, em novembro de 2001, da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e, em particular, com as repercussões da temática no contexto acadêmico e de sua incorporação na agenda política de diferentes segmentos dos movimentos sociais em nível internacional e nacional.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

O Programa Memória Histórica, Sociocultural e Paisagística do Rio Araguari tem como objetivo geral promover a identificação, demarcação, caracterização, análise e avaliação do patrimônio material e imaterial das comunidades que residem na AID e na ADA do AHE Cachoeira Caldeirão de modo a permitir a manutenção das práticas culturais que dão sentido às redes sociocomunitárias, mitigando os impactos que o empreendimento poderá causar a esses patrimônios.

O Programa objetiva, também, o reconhecimento do conjunto de tradições, fazeres, saberes e práticas que sustentam a teia de relações e o imaginário coletivo dessas comunidades e grupos sociais, dando visibilidade ao *capital simbólico* das populações da área de entorno do empreendimento, atendendo ao desafio de visibilizar as identidades e os aspectos da memória coletiva das populações locais.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar, identificar, registrar e divulgar manifestações culturais materiais e imateriais na área do Programa.
- Contribuir para o fortalecimento das comunidades locais possibilitando o (re)conhecimento de suas práticas culturais e fortalecimento das redes de relações sociais.
- Viabilizar o registro fotográfico, audiovisual, bibliográfico e documental do resultado dos estudos de mapeamento do patrimônio material e imaterial.
- Desenvolver com participação da comunidade a difusão e valorização do patrimônio material e imaterial.
- Organizar exposição para socialização dos resultados obtidos na fase de estudos e pesquisas arqueológicas e de identificação das manifestações culturais comunitárias.
- Desenvolver coleta de documentos públicos e privados relativos ao patrimônio cultural das comunidades.

4. AÇÕES

A implementação do Programa requer a realização de um conjunto de ações que vão das pesquisas para identificação do patrimônio cultural material, imaterial e paisagístico à organização de exposições para socialização destes bens com a comunidade local e visitantes.

- Composição da equipe executora do Programa, com a contratação dos profissionais e a definição da função.
- Realização de dois seminários de apresentação do Programa Memória Histórica, Sociocultural e Paisagística do Rio Araguari aos representantes dos diferentes segmentos sociais, instituições parceiras, financiadores, construtores, um em cada município, ou seja, Porto Grande e Ferreira Gomes.
- Desenvolvimento de pesquisa documental, etnográfica e florística para identificação, registro e divulgação das manifestações culturais materiais e imateriais, bem como do patrimônio natural na área do Programa.
- Realização de entrevistas de histórias de vida.
- Avaliação do patrimônio natural/paisagístico a partir de dados secundário sobre a região e da identificação dos espaços de valor comunitário.
- Catalogação e registro das belezas extraordinárias.

5. METODOLOGIA

É pertinente explicitar os valores que orientam a formulação e desenvolvimento do Programa, destacadamente a opção por uma abordagem participativa que preconiza o envolvimento dos diferentes atores sociais em todas as etapas de desenvolvimento do programa. Assim, a proposta preconiza a participação, respeito a autonomia e empoderamento dos grupos sociais locais, particularmente, aqueles vulnerabilizados por fatores socioeconômicos e pelas desigualdades de gênero, raça e geração.

Na perspectiva de avançar nessa direção, o programa preconiza que os saberes e tecnologias produzidos para o seu desenvolvimento devem ser socializados com as comunidades e atores sociais locais, de modo que se apropriem desses instrumentos como mecanismo de transformação da realidade.

A perspectiva da participação é apontada como instrumento de construção da autonomia do reconhecimento coletivo de sua condição de sujeito crítico e criador capaz de reinventar-se individual e coletivamente, dando sentido e significado a todos os elementos materiais e simbólicos produzidos pela comunidade. Desse modo, a perspectiva metodológica adotada no Programa rompe com a visão conservadora que considera os grupos populares como destituídos conhecimento e prevê o engajamento de pessoas da comunidade na execução das atividades.

O Programa dá destaque à promoção da equidade de gênero, raça e geração como estratégia em todas as atividades. É fundamental que todas as ações, cursos, eventos contemplem a participação equitativa de homens, mulheres, meninas, adolescentes e jovens, assim como de idosos. Mais que isso, é fundamental que na identificação do patrimônio históricos e dos múltiplos aspectos do patrimônio imaterial sejam visibilizados as contribuições das mulheres, negros, indígenas e dos velhos das comunidades envolvidas. Visibilizar os saberes-fazeres desses grupos significa reconhecer sua condição de sujeito, seu protagonismo e a relevância de suas práticas para a construção da cultura local.

A proposta metodológica do Programa está organizada em eixos específicos e articulados. Cada etapa constitui um momento específico, mas serão desenvolvidos de modo articulado no sentido de possibilitar a participação/engajamento da comunidade, conforme apresentado a seguir:

Eixo I – Pesquisa e mobilização de atores sociais e comunitários para a identificação e levantamento da memória.

Eixo II – Documentação e sistematização dos resultados da pesquisa.

Eixo III – Socialização, divulgação e formação de multiplicadores culturais.

Eixo I – Pesquisa e mobilização de atores sociais e comunitários para a identificação e levantamento da memória.

Pesquisa documental: Constitui um recurso importante para o Programa na medida em que existe um número relativamente pequeno de publicações acerca dos aspectos socioculturais da região que constitui AID do AHE Cachoeira Caldeirão. As pesquisas de documentos tanto em instituições públicas quanto pertencentes a acervos privados são

significativas para aproximação com as particularidades da cultura local, bem como, para identificação de bens materiais e simbólicos que compõem o patrimônio cultural da região.

Pesquisa etnográfica: Consiste no trabalho de campo baseado na **observação sistemática** do cotidiano das comunidades da AID do empreendimento na perspectiva de recolher as evidências materiais e simbólicas de suas manifestações e práticas culturais. Na pesquisa etnográfica o foco da observação está voltado para os elementos do cotidiano, para o rotineiro, o aparentemente banal que traz no seu interior os elementos estruturantes das práticas culturais, dos sistemas simbólicos, dos saberes-fazeres que organizam a cosmologia de determinado grupo social.

A pesquisa etnográfica é relevante para o registro de aspectos do patrimônio imaterial das práticas culturais de um determinado grupo, pois permite o contato com os elementos que se localizam nos territórios da memória e nas práticas e não se encontram, exclusivamente, nos artefatos ou monumentos. O estudo etnográfico "está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a 'descrição densa' dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica" (Goldenberg, 1997:50). será realizado em comunidades definidas pela equipe, considerando as singularidades socioculturais identificadas. O registro da observação será feito em diário de campo, fotografias e posteriormente serão sistematizados e analisados.

Histórias de Vida: Consiste na coleta de relatos orais com membros da comunidade que notadamente desempenham papel de destaque na organização, manutenção e disseminação das práticas e manifestações culturais da comunidade. São detentores de saberes, produtores de artefatos e instrumentos, médicos/as tradicionais, organizadores de manifestações religiosas, conhecedores da fauna e flora local que guardam os elementos singulares da memória coletiva. No percurso da pesquisa etnográfica serão identificadas as personagens que, posteriormente, será os informantes privilegiados³ com quem serão realizadas as entrevistas de histórias de vida com auxílio de gravador de voz e registro fotográfico dos/as entrevistados/as. Após a realização dos estudos as informações serão sistematizadas, analisadas, então, terá início a fase de elaboração

³ São considerados informantes privilegiados os sujeitos que desempenham papel de destaque na organização das práticas culturais na comunidade.

dos relatórios técnicos e redação dos artigos científicos para publicação em revistas especializadas.

Eixo II – Documentação e sistematização dos resultados da pesquisa.

Nesta etapa ocorrerá a sistematização e produção de materiais audiovisuais, redação de material educação/formativo tais como: folder, cartazes, portfólios, catálogos, DVDs, organização do material fotográfico com registro das atividades desenvolvidas para acervo da memória das ações do Programa, além da elaboração de relatórios para socialização com a comunidade nas reuniões de avaliação e monitoramento.

Eixo III - Socialização, divulgação e formação de multiplicadores culturais.

Compreende a etapa relativa à socialização, difusão, mobilização de atores sociais destacadamente técnicos/as, empreendedor, operários, montadoras e gestores ambientais, instituições públicas, privadas e atores sociais comunitários e comunitários, encontros, seminários envolvendo instituições públicas, atores sociais comunitários, gestores públicos, empreendedor (executivos, técnicos, operários). Formação de multiplicadores culturais.

6. PÚBLICO ALVO

As ações do Programa dirigem-se às populações da AID e da ADA do AHE Cachoeira Caldeirão dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes que vivem nas áreas urbanas e, também, as chamadas populações tradicionais. Apresentam-se, ainda, como público alvo estratégico as entidades de classe, associação de defesa de direitos, movimentos sociais, grupos folclóricos e organizações desportivas que congregam os diferentes grupos sociais.

A diversidade de personagens e, conseqüentemente, de interesses que caracterizam o público alvo do Programa reveste a proposta de profunda complexidade exigindo olhares diferenciados para as populações da cidade, do campo e da floresta e, além disso, impondo a necessidade de um recorte de gênero, raça e geração.

Sendo assim, o Programa propõe, no contexto de suas ações, abordagens que apontam para desconstrução das desigualdades de gênero, estimulando o empoderamento das mulheres e meninas como elemento fundamental para a tessitura de relações sociais mais democráticas e solidárias. Ademais se reconhece que as mulheres são importantes mantenedoras de conhecimentos tradicionais sobre a vida comunitária, a fauna e a flora, sobre organização das práticas religiosas a exemplo das parteiras, rezadeiras, raizeiras.

Na mesma direção é pertinente dar destaque à questão da diversidade étnico-racial sinalizando na direção da valorização dos diferentes grupos sociais existentes, visibilizando suas contribuições para a conformação das relações sociais e práticas culturais regionais. É igualmente importante apontar para o reconhecimento dos elementos estéticos que caracterizam esses grupos como estratégia de enfrentamento de desigualdades e de preconceitos (re)produzidos historicamente e que figuram como produtores de vulnerabilidades.

Outro recorte importante na conformação do público alvo do Programa é a dimensão geracional que deverá permitir uma abordagem singular tanto com os setores da juventude quanto com os idosos. Os estudos preliminares indicam que os dois municípios da AID possuem associação de promoção dos direitos da pessoa idosa, contudo essas organizações padecem de formação técnica e de gestão e de infraestrutura para o seu funcionamento.

O olhar particular para adolescente e juventude é significativo em razão da condição peculiar de desenvolvimento, das vulnerabilidades que incidem sobre eles em razão de fatores de ordem econômica e ausência de serviços públicos básicos. É importante considerar que os jovens desempenham papel singular na manutenção-reinvenção das tradições, das práticas culturais, dos sistemas de valores e saberes dos grupos sociais.

7. AGENTE EXECUTOR

A execução do programa requer a contratação de consultoria especializada e de parceria com instituições públicas estaduais e municipais, empreendedores, construtores, órgãos de classes, associações de defesa de direitos, organizações e movimentos sociais para participar do desenvolvimento de todas as ações/atividades previstas.

8. POTENCIAIS PARCEIROS

O leque de ações previstas no Programa demanda uma ampla mobilização institucional para sua execução, assim, apresentam-se como potenciais parceiros as instituições listadas abaixo:

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
- Museu Histórico e Científico Joaquim Caetano da Silva
- Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
- Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
- Secretaria Estadual e Secretarias Municipais de Educação
- Museu da Imagem e do Som – MIS
- Biblioteca Elcy Lacerda
- Secretaria de Turismo e Lazer do Amapá
- Secretarias de Estado de Cultura
- Prefeituras dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande.

9. ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

A implementação do Programa deverá ocorrer em observação ao determinado na legislação específica que regulamenta a pesquisa, resgate, salvamento e guarda do patrimônio material e imaterial.

- Lei Federal nº 3.924/1961
- Decretos Federais nº 25/1937 e nº 3.551/2000
- Portaria SPHAN 007/1988
- Portaria IPHAN 230/2002
- Documento IPHAN/1996
- Decretos 5.753/06 e Decreto-Legislativo 22/06
- Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO
- Resolução CONAMA nº 001, de 23/01/1986, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17/02/1986.

10. INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS

Programa de comunicação social e educação ambiental

Programa de desenvolvimento esportivo e cultural

Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico

10. CRONOGRAMA (ANEXOS)

12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Alzira Nogueira da Silva

Assistente Social

Especialista em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental e Mestre em Sociologia.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Bruno Amaral. **Direitos Culturais e Dignidade Humana em contextos pós-coloniais**. Disponível http://www.fd.uc.pt/igc/pdf/papers/Ensaio_Bruno_Andrade_PG2008. Acessado em 02/03/2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. (1982). **Culturas Populares no Capitalismo**. Trad. Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Editora Brasiliense.

CHOAY, Françoise. (2001). **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP.

COELHO, Teixeira. (2011). Direito cultural no Século XXI: Expectativa e Complexidade. **Revista Observatório Itaú Cultural** — São Paulo, SP, nº 11 (jan./abr).

CUNHA, Welcsoner Silva da & CERQUEIRA, Fábio Vergara. (2007). **PROTEÇÃO LEGAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**, I Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB, XIV Congresso da SAB, III Encontro do IPHAN e Arqueólogos, 30/09 a 04/10 de 2007, Florianópolis – SC – Brasil.

DA MATTA, Roberto. (1987). **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia**. Rio de Janeiro: Rocco.

GEERTZ, Clifford. (1989). **A Interpretação das Culturas**, Rio de Janeiro: LTC Editora.

GOLDENBERG, Mirian. (1997). **A arte de pesquisar – Como Fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (2005). Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas Como Patrimônios; Porto Alegre: **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 11, nº 23, p. 15-36, jan/jun.

HALBWACHS, Maurice. (1990). **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. (2001). **Novas Fronteiras e Novos Pactos Para o Patrimônio Cultural**, São Paulo em Perspectiva, 15(2).

SANTOS, Milton. (1997). **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e Emoção**, 2ª Edição – São Paulo: HUCITEC.

THOMPSON, J. B. (1995). **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social na Área dos Meios de Comunicação de Massas**. Petrópolis: Vozes.

VELOSO, Mariza. (2006). **O Fetiche do Patrimônio**, Goiânia: Editora Habitus, v. 4, n.1, p. 437-454, jan./jun.

14. ANEXO

- Mapa sítios arqueológicos da área diretamente afetada